

Juros da dívida custarão R\$ 12 bilhões ao Tesouro

23 JAN 1995

Valor é praticamente o mesmo do déficit projetado para o Orçamento deste ano

SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA — O pagamento de juros da dívida pública mobiliária federal, este ano, deverá sangrar o caixa do Tesouro Nacional em aproximadamente R\$ 12 bilhões, ou seja, praticamente o mesmo volume do déficit de R\$ 12,7 bilhões estimado para o Orçamento da União. Outros R\$ 3 bilhões em encargos serão desembolsados pelo Banco Central para pagar os juros dos seus títulos em mercado. O argumento é que não adianta represar despesas, pois o custo sairia mais alto que os encargos da dívida.

A taxa média de juros que o governo está pagando ao mercado, segundo fontes do Tesouro, situa-se em torno de 20% ao ano. Com prazo médio de 155 dias, a dívida fechou novembro com um estoque de R\$ 65,3 bilhões. Desse total, R\$ 27 bilhões estão em NTN (Nota do Tesouro Nacional) e R\$ 22,5 bilhões em BBC (Bônus do Banco Central). O restante está dividido em letras do Tesouro e do BC.

Para 1995, os técnicos do Tesouro apostam em outro cenário para a dívida pública. O desenho traçado é de um prazo médio superior aos atuais quatro meses e juros mais baixos, por entender que a tendência da queda das taxas de juros tem que ser consistente. O governo pode recorrer à colocação de papéis de 12 meses — hoje os mais longos são as Notas do Tesouro Nacional, de nove

meses — para alcançar os dois objetivos. Com isso, haveria ainda a chance de jogar, para 1996, parte do gasto dos R\$ 12 bilhões. Esse volume está dividido em R\$ 9 bilhões para o mercado e outros três ao BC, que tem títulos do Tesouro em sua carteira.

No Banco Central, os técnicos prevêem que o déficit orçamentário, do qual o governo já anunciou o corte de R\$ 3,2 bilhões, vai impor ao Tesouro uma "camisa de força" na condução da dívida. Para diluir os encargos, o Tesouro terá que alongar os prazos. O entendimento é seria melhor o governo partir fortemente para o aumento da arrecadação, com o objetivo de reduzir as pressões das dificuldades orçamentárias. Ou seja, o governo ter mais recurso fiscal para evitar o financiamento de suas despesas junto ao mercado, onde o custo é muito alto.

Desde julho, segundo os técnicos, o Tesouro resgatou liquidamente R\$ 3 bilhões da dívida mobiliária. Isso forçou o Banco Central a colocar mais títulos para reduzir a liquidez da economia e manter o nível das taxas de juros. O enfoque dado pelo governo à dívida foi prioritariamente a política monetária, daí o crescimento da participação dos Bô-

nus do Banco Central no estoque da dívida.

Para este ano, embora a política monetária continue apertada, o governo, como já anunciou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, terá como principal objetivo a reforma fiscal. Os técnicos acreditam que o Tesouro terá credibilidade e poderá ter títulos com todos os prazos, tanto curtos como longos, mas a custos bem mais baixos que atuais 20% ao ano.

TESOURO
TERÁ DE
ALONGAR
PRAZOS